

na



RELATÓRIO E CONTAS 2024

APCDI

## Índice

<b>I. Relatório de Gestão</b>	2
I.1 Identificação e apresentação. Visão, Missão e Princípios da APCDI	3
I.2 Atividades desenvolvidas nas Respostas Sociais	5
I.2.1 Centro de Atividades de Tempos Livres	5
I.2.2 Centro de Dia – Eng. Carlos Martins	5
I.2.3 Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão – Ilídio Bastos	6
I.2.4 Creche – Arquiteto António Figueiredo	7
I.2.5 Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)	8
I.2.6 Lar Residencial – Dr. Jorge Martins	8
I.2.7 Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Manuel Soares	8
I.2.8 Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	9
I.3 Atividades / Comemorações determinadas ao longo do ano em Plano Anual de Atividades e festejadas nas várias Respostas Sociais	10
I.4 Gestão por Objetivos	11
I.4.1 Notoriedade	11
I.4.2 Iniciativa de Interação com a Comunidade	11
I.4.3 Receita (obtenção de)	12
I.4.4 Participação	12
I.4.5 Qualidade do Serviço	12
I.4.6 Balanço e apreciação dos grandes Projetos	13
I.4.7 Mapa de resultados por dimensão	14
I.5 Conclusão 2024	15
I.6 Análise da situação económica e financeira	16
I.7 Gestão de Risco	20
<b>II. Demonstrações Financeiras</b>	21
<b>III. Anexo às Demonstrações Financeiras</b>	26
Nota 1 Identificação da Entidade	26
Nota 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	26
Nota 3 Principais Políticas Contabilísticas	28
Nota 4 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros	31
Nota 5 Ativos Fixos Tangíveis	31
Nota 6 Ativos Intangíveis	32
Nota 7 Locações	32
Nota 8 Inventários	33
Nota 9 Rédito	33
Nota 10 Subsídios do Governo e Outros Apoios	34
Nota 11 Acontecimentos após data de Balanço	34
Nota 12 Imposto sobre o Rendimento	34
Nota 13 Instrumentos Financeiros	35
Nota 14 Benefícios dos Empregados	40
Nota 15 Divulgações Exigidas por outros Diplomas Legais	41
Nota 16 Outras Informações	41
<b>IV. Parecer do Conselho Fiscal</b>	42
<b>V. Certificação Legal de Contas</b>	43

## I. Relatório de Gestão



## Identificação e Apresentação

A **APCDI - Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado** é uma associação de âmbito local, com sede em Pessegueiro do Vouga. Foi constituída em 25 de setembro de 1984, inicialmente com a designação de “Associação de Pais de Crianças Deficientes Integradas do concelho de Sever do Vouga”.

Hoje, a sua atividade de apoio à ação social, beneficia utentes de todo o concelho de Sever do Vouga, entre outros concelhos, desenvolvendo-se a partir de três núcleos de instalações:

O Edifício Sede – Dr. Joaquim Henriques, situado no lugar do *Sobral*, freguesia de Pessegueiro do Vouga, onde para além da sede social, também funcionam as respostas sociais do Centro de Atividades Ocupacionais – Ilídio Bastos, Centro de Atividades de Tempos Livres e Creche – Arquiteto António Figueiredo.



Outro núcleo situado na Quinta do Cardeal, no lugar de *Nogueira*, onde funcionam as respostas sociais de Lares Residenciais – Dr. Jorge Martins, Lar de Idosos e Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Manuel Soares.

O terceiro núcleo funciona na Avenida de S. Martinho, no lugar de *Cruzeiro*, onde funcionam as respostas sociais de Centro de Dia – Eng. Carlos Martins e SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (até 31/12/2024).





**A APCDI tem como objetivos principais:**

- Promover as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades individuais e à integração familiar e social da pessoa com deficiência;
- Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento à pessoa com deficiência;
- Promover uma melhoria das condições de vida em regime de acolhimento, à pessoa idosa;
- Promover o desenvolvimento da criança de modo a prevenir situações de risco, marginalização, discriminação ou exclusão social garantindo a igualdade de oportunidades;
- Promover as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades individuais à integração familiar e social da pessoa idosa;
- Promover uma melhoria das condições de vida a crianças e jovens em perigo, em regime de acolhimento urgente e temporário;
- Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, a pessoas adultas em situação de carência;
- Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento temporário, a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não por filhos menores;
- Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e evolução crónica, mas com capacidade de autonomia, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou emprego normal ou protegido.

**A Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado tem objetivos secundários, designadamente:**

- No âmbito da saúde: proporcionar cuidados de saúde e reabilitação à pessoa que se encontra em situação de perda de autonomia potencialmente recuperável;
- No âmbito da educação e formação: promover uma melhoria das condições de vida a pessoas com desvantagens transitórias ou permanentes, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional e a sua eventual integração em programas de formação;

**Visão, Missão e Princípios da APCDI****Visão da APCDI**

Uma Instituição que não para de crescer. (reconhecimento interno e externo)

**Missão**

Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

**Princípios**

- Desenvolvimento Social
- Globalidade
- Dignidade
- Combate ao Risco
- Igualdade de Oportunidades
- Justiça Social
- Combate à Discriminação
- Dedicção e Empenho
- Competência
- Individualidade
- Direitos dos Indivíduos
- Integração em Sociedade
- Credibilidade

## Atividades desenvolvidas nas Respostas Sociais

### ***Uma casa com diferentes sonhos...***

Sendo já tradição a definição anual de um tema geral para a Instituição e subtemas a trabalhar em cada resposta social, este ano letivo, o tema geral, definido para a APCDI é ***“Uma casa com diferentes sonhos”***.

Cada resposta social desenvolveu iniciativas e atividades relativas ao tema.

#### **I.2.1**

### **Centro de Atividades de Tempos Livres**

A resposta social de CATL está vocacionada para todas as crianças em idade escolar (dos 6 aos 10 anos) da freguesia de Pessegueiro do Vouga, e visa facultar às crianças um complemento educacional, proporcionar momentos de lazer e criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança ou jovem, de modo que esta seja capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um.

Para esta resposta social foram programadas diversas atividades, de modo a proporcionar a cada criança a possibilidade de escolher o que melhor se adapta aos seus interesses. Algumas das atividades propostas foram: expressão plástica, corporal, musical, cognitiva, pessoal, social e afetiva, atividades lúdicas, recreativas e natação.

O CATL desenvolveu em 2024 o subtema, ***“CORES DOS ARCOS-ÍRIS”***, pois nada tem o poder de alegrar um coração, como o sorriso inocente de uma criança.

#### **I.2.2**

### **Centro de Dia – Eng. Carlos Martins**

O Centro de Dia é uma estrutura de apoio social, que apoia utentes das freguesias de Pessegueiro do Vouga, Sever do Vouga, Paradelo do Vouga, e Cedrim, é um espaço de acolhimento onde se desenvolve um conjunto de programas ocupacionais e de lazer adequados aos utentes nas mais variadas condições e etapas das suas vidas. Esta resposta social presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

As atividades realizadas foram diversas, e têm em conta os interesses de cada um, e também os interesses do grupo.

Em 2024 o subtema do Centro de Dia foi ***“Uma Carta para Ti”***.

As atividades em centro dia são organizadas de acordo com projetos anuais e áreas a trabalhar como: área sociocultural, área cognitiva, área física e área espiritual.

Na dimensão de cada área são dinamizados diversos ateliers como: sentido da vida, oração e moralidade, autoconhecimento e relaxamento, atividade física, AVD's, prevenção, estimulação sensorial, memória, alfabetização, lazer, trabalhos manuais, social, dinâmicas de grupo, culinária, a hora do conto, jardinagem, costura e cuidados pessoais.

Os projetos para 2024 foram os seguintes, ***“Informação e formação”***, ***“Atividade artística”***, ***“Hidroterapia”***, ***“o Programa da Lilica”***, ***“Snoezelen”***, ***“Psicoanimação”***, ***“Aniversários”***, ***“Ginástica”***, ***“Compras”*** e ***“Diário de uma vida”***.

O Centro de Dia tem como objetivos definidos: Melhorar a qualidade de vida do Idoso e da sua família; estimular a participação comunitária do Idoso, promover a autonomia do Idoso; conservar as competências sociais, psíquicas, físicas e espirituais do Idoso; transmitir aos Idosos um ambiente de segurança; manter a autoestima; promover o envelhecimento ativo; respeitar a identidade de cada idoso, valorizar a experiência e conhecimento de vida de cada idoso e proporcionar melhor qualidade de vida. A resposta social de Centro de Dia visa uma vida tranquila, de confiança, ativa e mais feliz.

## Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão – Ilídio Bastos

A resposta social do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), sucede e substitui o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

O CACI constitui uma resposta social de base comunitária, com uma regulamentação centrada na promoção da autonomia, da vida independente, da qualidade de vida, da valorização pessoal, profissional e da inclusão social, em concretização dos princípios e valores preconizados em instrumentos legislativos nacionais e internacionais, nomeadamente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Esta resposta destina-se ao desenvolvimento de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

O CACI tem como destinatários as pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que não possam por si só, temporária ou permanentemente, dar continuidade ao seu percurso formativo ou exercer uma atividade profissional, ou ainda que se encontrem em processo de inclusão socioprofissional, designadamente entre experiências laborais.

### São princípios orientadores da atividade dos CACI:

- a) O princípio da singularidade, que preconiza o reconhecimento da individualidade da pessoa com deficiência, devendo a sua abordagem ser feita de forma diferenciada, tendo em consideração as suas circunstâncias pessoais e o seu contexto de vida;
- b) O princípio da não discriminação, que estatui que nenhuma pessoa pode ser discriminada, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, com base na deficiência, ou deixar de beneficiar de medidas de ação positiva que garantam o exercício dos seus direitos e deveres de participação social;
- c) O princípio da autodeterminação, que preconiza o direito da pessoa com deficiência a decidir sobre a definição e a condução da sua própria vida;
- d) O princípio da autonomia, que determina que a pessoa com deficiência tem o direito de decisão pessoal na definição e condução autónoma da sua vida;
- e) O princípio da participação, que implica o direito das pessoas com deficiência a participarem de forma plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com os demais cidadãos e cidadãs;
- f) O princípio da informação, que determina que a pessoa com deficiência tem direito a ter acesso a toda a informação que lhe diga direta ou indiretamente respeito e a ser informada e esclarecida sobre os seus direitos e deveres;
- g) O princípio da qualidade, segundo o qual a pessoa com deficiência tem o direito a aceder a respostas sociais, bens e serviços de qualidade, que respondam às suas necessidades pessoais e sociais.
- h) O princípio da cidadania, que implica que as pessoas com deficiência têm direito a usufruir das condições necessárias e suficientes para aceder a todos os bens, serviços e contextos de vida, em condições de equidade, bem como o direito e o dever de desempenhar um papel ativo no desenvolvimento da sociedade;
- i) O princípio da inclusão, que implica que a sociedade se organize para acolher todas e todos os cidadãos e cidadãs independentemente das suas capacidades e da sua funcionalidade, de modo que as pessoas com deficiência possam viver integradas na comunidade, usufruindo de todos os recursos disponíveis em equidade com os demais cidadãos e cidadãs.

### O CACI tem como objetivos:

- a) Criar condições que visem a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência;
- b) Desenvolver estratégias de promoção da autoestima e da autonomia pessoal e social, através do envolvimento e participação ativa dos/as próprios/as na definição das atividades a desenvolver;
- c) Promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais, tendo em conta o perfil, as aptidões, os interesses e necessidades das pessoas com deficiência, com vista a capacitar e maximizar as suas oportunidades de participação social e económica;

- d) Contribuir para o bem-estar emocional e social, através da qualificação das atividades desenvolvidas, no que diz respeito ao número, variedade e natureza, privilegiando as atividades focadas na singularidade de cada pessoa com deficiência, promovendo o seu bem-estar e qualidade de vida;
- e) Articular os processos de transição para programas de inclusão socioprofissional ou de reabilitação profissional;
- f) Desenvolver atividades e serviços centrados em facilitar/mediar percursos de aprendizagem e de inclusão, que possibilitem um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades;
- g) Fomentar a participação ativa das pessoas com deficiência, da respetiva família e/ou representante legal na definição do projeto de vida da pessoa com deficiência, que se consubstancia na celebração do plano individual de inclusão (PII);
- h) Promover medidas e ações de capacitação e de aprendizagem ao longo da vida, observando a evolução das características individuais de cada destinatário, potenciando sempre a sua autonomia e inclusão;
- i) Dinamizar ações de inclusão na comunidade, que promovam a alteração das representações, dos valores e das atitudes da sociedade face às pessoas com deficiência, e a melhoria da sua qualidade de vida.

Para o ano de 2024 foi promovido o desenvolvimento de atividades socialmente úteis, que visam o treino de competências sociais e profissionais em contexto real de trabalho, e atividades de profissionalização para a inclusão social e profissional, o desenvolvimento das competências pessoais, profissionais e de participação social da pessoa com deficiência, com vista à sua autonomia e vida independente.

Com vista a possibilidade de integração de alguns utentes, foi realizada uma avaliação da equipa multidisciplinar atendendo às capacidades, funcionalidades, potencialidades, interesses e informação constante no Plano Individual de Transição (PIT), sempre que aplicável. Perante os resultados obtidos procedeu-se à análise de potenciais empregadores locais, que acolheram utentes do CACI. Alguns exemplos de empresas são: AutoVisto, Helena Cabeleireira, Alexandre Rocha. Houve também integração de utentes de CACI em serviços internos da APCDI (ex. lavandaria).

Para além do cumprimento dos objetivos anteriormente referidos, foram ainda realizadas outras atividades como: trabalhos manuais e artesanais (pintura, colagens, bordados), passeios pelo meio, jardinagem, jogos de encaixe, trabalhos com tecidos, terapia de relaxamento em sala de *Snoezelen*, natação, lavandaria, carpintaria, auxílio no transporte de utentes e apoio no serviço de cozinha.

A integração nas diversas atividades permitiu manter os utentes ativos e interessados, valorizando-os socialmente e favorecendo o seu equilíbrio físico e emocional.

Em 2024, o subtema do CACI foi *"SOMOS ESPECIAIS COM AS NOSSAS DIFERENÇAS..."*.

#### 1.2.4

#### Creche – Arquiteto António Figueiredo

A resposta social Creche é uma valência que visa apoiar as famílias, sendo uma resposta socioeducativa de atendimento à primeira infância do concelho de Sever do Vouga.

Na Creche, pretende-se colaborar com a família da criança numa partilha de cuidados e responsabilidades no processo evolutivo das crianças; proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento individualizado e facilitador de um crescimento saudável.

As atividades a realizar com as crianças têm como objetivo o desenvolvimento harmonioso da criança nas áreas: expressão e comunicação (expressão e comunicação, musical, expressão dramática, expressão plástica, matemática), formação pessoal e social e conhecimento do mundo.

Os vários processos de aprendizagem que se realizam na primeira infância, só são possíveis no conjunto de uma relação harmoniosa entre pais, educadoras e crianças.

O Projeto Pedagógico a ser explorado na resposta social contemplou atividades por subtemas em cada sala, designadamente, Sala dos 2 aos 3 anos *"EU CÁ... IMAGINA LÁ!"*, 12 aos 24 meses *"SORRIR, BRINCAR E PULAR"*, berçário *"EU SOU ASSIM..."*. A escolha deste tema deveu-se ao facto de a Creche ter um contributo fundamental para o desenvolvimento harmonioso das crianças em todas as suas etapas.



## Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)

A resposta social de ERPI pretende acolher pessoas idosas que, por razões familiares, de dependência, ou de solidão não podem permanecer na sua casa, pois não são autónomas na satisfação das suas necessidades básicas. Apesar de institucionalizados durante todo o dia, nesta resposta social pretende-se preservar e incentivar a relação do utente com a família e, sempre que possível, garantir que os utentes possam ir passar as épocas festivas no seio familiar, bem como fomentar o convívio entre utentes / intergeracionais / comunidade.

Na ERPI, para além de assegurar a satisfação das necessidades básicas dos utentes, são garantidos e respeitados a independência, a individualidade, a privacidade e a livre expressão de opinião dos utentes, favorece os sentimentos de interação, autoestima e segurança, assegura o tratamento e acompanhamento psicossocial.

Os serviços prestados e as atividades desenvolvidas esta resposta social pretendem contribuir para a estabilização e adiamento dos fatores degenerativos associados ao processo de envelhecimento.

### I.2.6

#### Lar Residencial – Dr. Jorge Martins

A resposta social Lar Residencial é uma resposta que visa apoiar todos os cidadãos com deficiência, em regime de internamento. O LR tem como objetivo dar acolhimento a pessoas deficientes que não tenham familiares diretos ou que se encontrem em situação de Alto Risco Social. No LR pretende-se que os utentes usufruam de um ambiente familiar, pelo que o local é entendido para os utentes como a sua habitação.

Esta resposta social funciona em dois espaços físicos diferentes e autónomos, mas com os mesmos objetivos no que respeita à promoção dos direitos e qualidade de vida dos utentes. Atualmente a capacidade total dos Lares Residenciais é de 40 utentes (24+16).

As atividades realizadas estão inseridas nas vivências quotidianas das famílias. Assim, os utentes cooperam com as colaboradoras nas pequenas tarefas domésticas, tais como fazer as camas, colocar os talheres e pratos na mesa, lavar a loiça, manter os quartos limpos e arrumados. Estas pequenas tarefas domésticas contribuem para que o Lar se transforme num ambiente familiar.

### I.2.7

#### Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Manuel Soares

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Manuel Soares, de tipologia Média Duração e Reabilitação, é uma unidade integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), com capacidade para acolher 21 utentes. Tem como objetivo a estabilização clínica, a avaliação e reabilitação integral da pessoa que se encontra em situação de perda transitória de autonomia, potencialmente recuperável.

A UCCI - Dr. Manuel Soares é um estabelecimento do setor social integrado na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, que presta cuidados continuados de saúde a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência temporária ou permanente. A recuperação do utente é uma das principais razões da existência da UCCI – Dr. Manuel Soares. Deste modo, a UCCI disponibiliza um conjunto de meios técnicos e humanos, propiciando ainda condições que permitam o conforto, bem-estar e melhor qualidade de vida possível aos seus utentes.

O período de internamento nas UCCI de média duração e reabilitação tem uma previsibilidade superior a 30 dias e inferior a 90 dias consecutivos, por cada admissão.

## Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

A resposta social Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social acompanha indivíduos e agregados em situação de vulnerabilidade social no âmbito da Ação Social e da medida de Rendimento Social de Inserção.

Neste sentido, durante o ano de 2024, foram contabilizados 16 agregados (perfazendo um total de 51 beneficiários) acompanhados no âmbito da Ação Social, com os quais foram contratualizados Acordos de Intervenção Social.

No que respeita à medida de Rendimento Social de Inserção foram acompanhados 19 agregados familiares, que corresponde a um total de 27 beneficiários, com os quais foram contratualizados Contratos de Inserção. Destas situações, apenas se autonomizaram da medida dois agregados de indivíduos isolados, isto é, 2 beneficiários, por alteração de rendimentos e consequentemente melhoria da situação económica (atribuição de Pensão de Velhice e inserção no mercado de trabalho).

Além das situações acompanhadas para as quais existe uma intervenção delineada e contratualizada, existem frequentemente outras famílias que procuram o SAAS para uma situação pontual (nomeadamente, encaminhamento para outros serviços, apoio alimentar, orientação para os direitos sociais). Durante o ano de 2024 foram contabilizados cerca de 28 agregados, ou seja, um total de 60 indivíduos que recorreram ao Serviço para este efeito.

Face ao exposto, foram acompanhados um total de 63 agregados, especificamente 138 indivíduos (52 com nacionalidade estrangeira e os restantes portugueses).

Atendendo à situação atual do país verificou-se a necessidade e importância da continuidade do Serviço em registo descentralizado no ano de 2024 pelas seguintes razões:

- Facilitar o acesso aos direitos sociais;
- As condições familiares não são estanques, pelo que podem surgir situações de vulnerabilidade;
- As situações de vulnerabilidade (a nível familiar, social, laboral, de saúde, entre outras) são repentinas, imprevisíveis e cada vez mais frequentes;
- A chegada de famílias imigrantes sem recursos e rede de suporte familiar e social.

## Atividades / Comemorações determinadas ao longo do ano em plano anual de atividades e festejadas nas várias respostas sociais

- Dia de Reis
- Dia de S. Valentim
- Carnaval
- Dia do pai (19 de março)
- Dia Mundial da Árvore (21 de março)
- Páscoa
- Dia da Mãe (1º domingo de maio)
- Dia das famílias
- Dia Mundial da Criança (1 de junho)
- Santos Populares
- Dia dos avós
- Festa de S. Pedro
- Festa das Flores
- Feira das Vindimas (outubro)
- Festa de final de ano de Creche e CATL
- Convívio entre colaboradores da APCDI
- Aniversário da APCDI (25 de setembro)
- Dia Internacional do Idoso (1 de outubro)
- Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro)
- Halloween (31 de outubro)
- Dia de São Martinho (11 de novembro)
- Festa do Pijama
- Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3 de dezembro)
- Dia do Voluntário (5 de dezembro)
- Festas e Celebrações de Natal
- Passeios: deslocações ao meio onde estão inseridos e a outros locais fora do concelho.

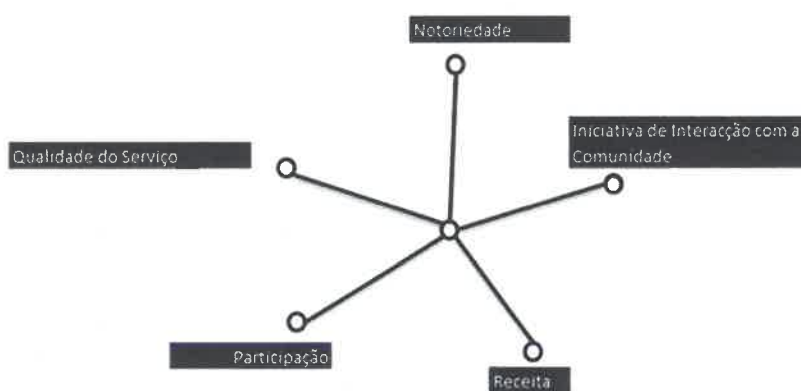
## Gestão por objetivos

A Instituição definiu, anteriormente, um conjunto de dimensões institucionais (pilares) que se entendeu ser a base da sua existência e sucesso.

Estas dimensões, concretizadas por uma gestão por objetivos, permitem operacionalizar toda a ação desenvolvida pela APCDI.

Esses pilares são:

1. **Notoriedade** – Sermos Conhecidos
2. **Iniciativa de interação com a comunidade** – Termos a iniciativa de interagir com a comunidade
3. **Receita** – Obter financiamento
4. **Participação** – Conquistar a participação da comunidade na vida da organização
5. **Qualidade do serviço** – Sermos reconhecidos como prestadores de serviços com qualidade



A seguir, apresenta-se um balanço do período 2024 em cada uma das dimensões institucionais.

### I.4.1

#### Notoriedade

Estes eventos cumprem a premissa de dar a conhecer Instituição à comunidade envolvente, para além de promover a participação desta.

No ano de 2024, foram realizados os seguintes eventos relativo à dimensão notoriedade: Festas de Final de Ano Letivo de Creche e CATL (julho); Comemoração do S. Pedro (junho); Aniversário da APCDI (25 de setembro), Campanha Pirlampo Mágico (maio), Manutenção do site ([www.apcdi.pt](http://www.apcdi.pt)); Festa das Flores, e Festa de Natal (3 festas – Deficiência e Idosos; Creche; CATL).

Em jeito de balanço, das 7 iniciativas previstas, concretizaram-se todas as outras ações previstas.

### I.4.2

#### Iniciativa de Interação com a Comunidade

No ano de 2024, os eventos que constituíram a aposta na interação com a comunidade e que se concretizaram foram: Festas de Final de Ano Letivo de Creche e CATL (julho); Comemoração do S. Pedro (junho); Dia das Famílias (julho); Dias dos Avós (julho); Dia do Idoso (outubro); Campanha Pirlampo Mágico (maio), Feira das Vindimas (outubro); Missas abertas à comunidade; Parcerias com entidades; Festa das Flores, Aniversário da APCDI, Festa de Natal (3 festas – Deficiência e Idosos; Creche; CATL) e realização de Calendário.



Não foi realizada a seguinte ação: Recolha de Sorrisos, Dia do Deficiente e Dia do Voluntário.

### I.4.3 Receita (obtenção de)

A APCDI manteve as seguintes iniciativas/ atividades para obtenção de receita habituais:

- Prestação de serviço de refeições
- Prestação de serviço de lavandaria
- Exploração da piscina
- Venda de trabalhos realizados na Instituição
- Donativos
- Quotas de associados
- Campanha Pirlampo Mágico
- Festa das Flores
- Feira das Vindimas
- Prestação de serviços através de respostas sociais
- Eventos não contemplados em plano de atividades

### I.4.4 Participação

Ao longo de 2024, e à semelhança do que tem ocorrido nos últimos anos, a APCDI organizou diversas iniciativas de interação com a comunidade. Para além de promover a integração dos Utentes na sociedade, estes eventos permitem também fomentar a participação ativa e envolvimento dos colaboradores na vida da Instituição.

De entre as diversas atividades realizadas, foi realizado:

- Aniversário da APCDI
- Convívio entre colaboradores
- Ceia de Natal
- Festas de Natal

Apesar de todos os eventos se terem concretizado, atingida a meta dos 75% de participação dos colaboradores apenas na Ceia de Natal.

### I.4.5 Qualidade do Serviço

A APCDI tem, como imperativo final, a prestação de serviços de qualidade aos seus clientes. Em 2024, apenas foram aplicados questionários de satisfação a utentes da UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados. Não foram aplicados os questionários de satisfação e motivação aos colaboradores da APCDI.

Relativamente a reclamações explícitas (sobre a qualidade do serviço), verifica-se que continuaram a surgir, reclamações/sugestões relativas quer aos cuidados diretos quer aos serviços complementares recebidos (ex. queixas relativas às refeições, às regras estabelecidas, ao estado de conservação de alguns espaços e respostas sociais – CATL e Lar Residencial 1).

Pelo acompanhamento feito diariamente, e pela quantidade e gravidade percebidas, mantem-se o entendimento de que estes incidentes são decorrentes da normal interação que ocorre na Instituição, o que não inibe a intenção, sempre presente, de eliminá-las progressivamente.

Os desafios que atualmente se colocam às IPSS passam, também, em grande medida, pela adoção de uma conduta fundamentada num forte sentido de responsabilidade social e de ética, bem como da tomada de consciência dos impactos que o exercício da sua atividade fomenta.

É importante que consigamos funcionar eticamente nas organizações.

Um código de ética não é uma receita para resolver todas as incongruências e insuficiências da nossa ação, mas pode e deve ajudar-nos a escolher alguns caminhos.

A APCDI possui um manual de ética, que tem como objetivo fundamental, fixar as regras e os princípios gerais de ética e conduta profissional e as diretrizes de conduta, sendo aplicável a todos os corpos diretivos e colaboradores da APCDI.

Pretende-se que os princípios pelos quais se rege a APCDI, nomeadamente: desenvolvimento social, globalidade, dignidade, combate ao risco, igualdade de oportunidades, justiça social, combate à discriminação, dedicação e empenho, competência, individualidade, direitos dos indivíduos, integração em sociedade, credibilidade, façam parte do quotidiano desta Instituição.

Este manual é aplicável a todas as respostas sociais e serviços, e vincula todos os diretores e colaboradores, independentemente, da sua função ou posição hierárquica.

**A conduta ética da APCDI é um reflexo dos comportamentos dos diretores e profissionais que nela colaboram.**

Neste sentido, existe ainda um código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, com o objetivo de clarificar conceitos e definir e esclarecer formas de atuação, no caso de eventuais ocorrências associadas ao assédio no trabalho.

#### I.4.6

#### Balanço e apreciação dos grandes projetos

- Aguardar decisão sobre a candidatura ao Apoio à Renovação e Aumento do Desempenho Energético dos Edifícios de Serviços – do Fundo Ambiental, para melhoria da eficiência energética do edifício Sede (iluminação e caldeira); **Aguarda Decisão**
- Candidatura ao Programa Bairro Feliz do Pingo Doce – **Candidatura Aprovada e Vencedora**
- Candidatura para remodelação e ampliação da resposta social Creche, através do PRR – Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais; **Candidatura Deferida, em finalização**
- Viagem de utentes residentes da deficiência ao Algarve, durante o ano de 2024; **Viagem Realizada em julho de 2024**
- Construção de Sala de Fisioterapia; **em concretização**
- Construção de salão polivalente no Edifício de Nogueira; **em concretização**
- Terraplanagem de terreno p/ acesso ao futuro Lar Residencial e nova cozinha; **Obra concluída**
- Construção de Cozinha; **Candidatura a BPI Capacitar aprovada em 2023 – em concretização**
- Concretização do Projeto “(D)Eficiência na Cozinha”, apoiado pela Fundação “La Caixa” – BPI Capacitar 2023; **Candidatura a BPI Capacitar aprovada em 2023 – em concretização**
- Candidatura de Projeto Inovador dedicado a promover a autonomia e a independência dos idosos e Envelhecimento ativo e saudável; **Candidatura Indeferida**
- Abertura de nova Creche, com acordo do ISS, e parceria com o Município de Sever do Vouga e Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, com capacidade até 46 crianças; **A aguardar desenvolvimento**
- Aquisição de equipamento para o funcionamento da Creche; **A aguardar desenvolvimento**
- Monitorização duma gestão por objetivos;
- Aquisição de viatura adaptada de 9 lugares;
- Monitorização duma gestão por objetivos;
- Ações para a Notoriedade;
- Ações para reforçar a interação com a Comunidade;
- Ações para aumento de Receita;
- Ações para aumentar a Participação da Comunidade nas nossas iniciativas;
- Ações para aumentar a Qualidade do Serviço.

## Mapa de resultados por dimensão

DIMENSÃO	INDICADOR	Meta/Objetivo a atingir em 2024	Resultado atingido
Notoriedade	Nº de ações de comunicação	7 (Aniversário da APCDI, Festa de Natal, Pirlampo Mágico, festa de Final de Ano letivo, Festa das Flores, Manutenção do site, Festa de S. Pedro)	7
Iniciativa de Interação com a Comunidade	Nº de eventos realizados	16 (Dia do Deficiente, Dia do Idoso, Dia do Voluntário, Festa de Natal, Missas abertas à comunidade, Aniversário da Instituição, Feira das Vindimas, Parceria c/ entidades, S. Pedro, Festa das Flores, Pirlampo Mágico, festa de Final de Ano letivo, Dia das Famílias, Dia dos avós, calendário de utentes, marchas populares, Recolha de Sorrisos)	13
Receita	Sócios pagantes	¾ dos sócios ativos no final de 2024.	Em 2024 foram pagas 300 quotas – 72%
	Vendas de serviços pagos (lavandaria)	Aumentar a faturação do serviço de lavandaria em 5%, relativamente ao ano de 2023. Em 2023 foi faturado o valor de 1.664,22€	Em 2024 foi faturado o valor de 4.571,02€.
Participação	Nº de Sócios	Manter o número de sócios ativos à data de realização do plano (425).	Em 31/12/2024 existiam 416 sócios ativos.
	Nº de participantes nos eventos (internos e externos)	Eventos internos de 2024: <ul style="list-style-type: none"> <li>Ceia de Natal</li> <li>Festa de Natal</li> <li>Aniversário da APCDI</li> <li>Convívio entre colaboradores</li> </ul> Meta: Manter a participação de 75% dos funcionários	Ceia de Natal 2024 (70%) Festas de Natal 2024 – (71%). Aniversário da APCDI (34%) Convívio entre colaboradores (65%)
Qualidade do Serviço	Implementação de sistema de av. do ambiente interno e obtenção duma melhoria verificável	Implementar o questionário de satisfação e motivação do colaborador. Implementar o questionário de satisfação a clientes.	Os Questionários previstos em plano não foram implementados. Apenas foram implementados questionários a utentes /famílias da UCCI

O ano de 2024 representou mais um período de crescimento e consolidação da APCDI - Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado enquanto instituição de referência na promoção do bem-estar social e na defesa da igualdade de oportunidades. A execução das iniciativas previstas permitiu reforçar o papel da APCDI na comunidade, consolidando os seus princípios orientadores e a sua missão de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Em termos de notoriedade, verificou-se um envolvimento significativo da comunidade, através da realização de eventos que fortaleceram a identidade da instituição e ampliaram a sua visibilidade. A interação com a comunidade manteve-se como uma das apostas centrais, promovendo a inclusão social e o reforço dos laços entre a APCDI e os seus beneficiários, parceiros e sociedade em geral.

No que respeita à captação de receita, a APCDI continuou a diversificar as suas fontes de financiamento, assegurando a sustentabilidade financeira da instituição e permitindo a concretização de novos projetos e investimentos. Destacam-se as candidaturas bem-sucedidas a programas de financiamento, bem como a manutenção de iniciativas tradicionais de angariação de fundos.

A participação ativa dos colaboradores e utentes manteve-se como um pilar essencial para o funcionamento da instituição. Embora algumas metas não tenham sido plenamente alcançadas, registou-se uma adesão significativa às iniciativas promovidas, refletindo o envolvimento e compromisso da equipa na missão da APCDI.

Relativamente à qualidade dos serviços prestados, continuou-se a trabalhar na monitorização e melhoria dos mesmos, apesar dos desafios inerentes ao setor. A aplicação de questionários de satisfação aos utentes da UCCI permitiu avaliar e ajustar as práticas institucionais, garantindo uma resposta cada vez mais eficiente e ajustada às necessidades dos beneficiários.

Os grandes projetos delineados para 2024 refletem o compromisso da APCDI em inovar e expandir a sua capacidade de intervenção. Apesar de algumas candidaturas aguardarem decisão ou desenvolvimento, outras concretizaram-se com sucesso, reforçando a capacidade da instituição para se adaptar às exigências da sociedade e ao crescimento das necessidades dos utentes.

Em suma, a APCDI continua a afirmar-se como uma instituição sólida e reconhecida, pautada pela dedicação e empenho dos seus colaboradores e corpos diretivos, pela qualidade dos serviços prestados e pela sua relevante intervenção na comunidade. Os desafios enfrentados são encarados como oportunidades de melhoria, garantindo que a APCDI permanece fiel à sua missão de inclusão e apoio social.

A evolução e o crescimento sustentado da instituição continuarão a ser uma prioridade, sempre com o objetivo de proporcionar condições dignas e de qualidade às populações mais vulneráveis.



## Análise da situação económica e financeira

O período correspondente ao exercício de 2024, em termos Macro Económicos, foi marcado por um conjunto de fatores (positivos e negativos) que influenciaram de forma impactante os indicadores económicos e financeiros da Instituição. Como fator positivo é de relevar o crescimento económico registado em 2024. O PIB português teve, neste período e em termos homólogos, um crescimento de 2,70%. Por outro lado, o processo inflacionista verificado em 2023 está economicamente controlado e a taxa de inflação, em termos homólogos, foi de 2,70% (5,30% em 2023). Em termos políticos, 2024 fica marcado pela entrada em funções de um novo Governo que, para além de outras medidas preconizadas, apresentou várias medidas para o setor social que vieram equilibrar as contas deste setor, aumentando os Acordos de Cooperação e tornando-os mais adaptados à realidade financeira das Instituições. Como fatores negativos temos (i) a instabilidade geopolítica mundial, (ii) a guerra na Ucrânia e o conflito entre Israel e Palestina; (iii) preços da energia. Independentemente de todos os esforços de gestão implementados pela Direção da Instituição, estes fatores influenciaram significativamente os custos da APCDI. Acresce que a Instituição, uma IPSS, está exposta a um conjunto de regras regulamentares que direta e indiretamente influenciam a sua estrutura de custos. Os “Quadros de Pessoal” exigidos pela Tutela, aliados ao aumento do SMN por decreto, continuam a ser um fator de instabilidade no equilíbrio financeiro da Instituição. Os gastos com pessoal, independentemente de todas as políticas internas, estão diretamente dependentes deste conjunto de regras regulamentares. Se é verdade que, através de políticas de controlo de custos, a Instituição conseguiu diminuir os gastos com os Consumos Internos (os Consumos apresentam uma diminuição significativa face a 2023, quer em termos absolutos (41.768,77€), quer em termos relativos (10,52%)), também é verdade que, essas mesmas políticas, se mostraram insuficientes para mitigar o efeito inflação nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE apresentam um aumento de 12,28% (47.112,06€) face a 2023). O aumento do SMN (de 820,00€ para 870,00€) e o consequente aumento da massa salarial da Instituição foi o fator determinante para o aumento dos Gastos com o Pessoal. O aumento do SMN tem, sempre, consequências negativas na massa salarial da Instituição, já que a maioria dos seus funcionários usufrui um salário base igual ao SMN. Face a 2023, esta rubrica, registou um aumento relativo de 5,67% (104.989,66€), ainda assim abaixo do aumento verificado em 2023 face a 2022 (9,68%, 163.475,37€).

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado			
Outros Indicadores			
Descrição	PERÍODOS		
	2024	Variância (€)	2023
CMVMC (Consumos)	355.281,17	(41.768,77)	397.049,94
Fornecimentos e Serviços Externos	430.898,01	47.112,06	383.785,95
Gastos com o Pessoal	1.957.256,58	104.989,66	1.852.266,92
<b>TOTAL</b>	<b>2.743.435,76</b>	<b>110.332,95</b>	<b>2.633.102,81</b>

(1) euro

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado			
Vendas, Serviços Prestados e Subsídios à Exploração			
Descrição	PERÍODOS		
	2024	Variância (€)	2023
Vendas e serviços prestados			
Vendas	15.940,55	1.225,01	14.715,54
Prestação de Serviços			
Infância e Juventude	209.239,08	16.237,20	193.001,88
Reabilitação, Capacitação e Inclusão	1.171.620,65	104.755,72	1.066.864,93
Terceira Idade	407.415,58	29.569,10	377.846,48
Unidade de Cuidados Continuados	801.367,58	73.588,60	727.778,98
Quotizações	2.990,00	(400,00)	3.390,00
Serviços Secundários	119.389,89	7.093,88	112.296,01
	<b>2.727.963,33</b>	<b>232.069,51</b>	<b>2.495.893,82</b>
Subsídios, doações e legados à exploração			
Centro Regional de Segurança Social	11.006,20	189,40	10.816,80
Autarquias	32.717,24	15.467,24	17.250,00
Outros	10.261,25	(34.537,46)	44.798,71
	<b>53.984,69</b>	<b>(18.880,82)</b>	<b>72.865,51</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.781.948,02</b>	<b>213.188,69</b>	<b>2.568.759,33</b>

(1) euro

Face a 2023, o total de Rendimentos aumentou de forma significativa quer em termos relativos (8,30%), quer em termos absolutos (213.188,69€). O aumento dos Rendimentos do Exercício foi determinante no Resultado Líquido Positivo obtido no período. As alterações, verificadas nas principais rubricas de Rendimentos e Gastos da Instituição, consubstanciam-se na obtenção de um Resultado Líquido Positivo. Os principais indicadores económicos e financeiros da Instituição, comparativamente ao exercício anterior, evoluíram positivamente, tendo a Instituição conseguido inverter a regressão verificada no exercício de 2023. Realçam-se os Resultados Operacionais, com uma evolução positiva de 147.412,53€ face a 2023; o Resultado Líquido, com uma variação positiva de 177.887,90€, face a 2023. O Total do Ativo, apesar de ter diminuído (61.815,42€) face a 2023, quando comparado com a redução do Passivo (101.897,17€), demonstra os bons resultados obtidos pela Instituição no exercício de 2024.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Outros Indicadores			
Descrição	PERÍODOS		
	2024	Variação (€)	2023
Resultado antes de depreciações	159.167,57	147.412,53	11.755,04
Resultado líquido	16.071,69	177.887,90	(161.816,21)
Total dos fundos patrimoniais	4.793.875,10	40.081,75	4.753.793,35
Total do ativo	5.949.870,01	(61.815,42)	6.011.685,43
Total do passivo	1.155.994,91	(101.897,17)	1.257.892,08

(1) euro

## OUTROS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

### Rácios de Liquidez

			2024	2023
Liquidez Geral	=	Ativo Corrente	2,29	2,51
		Passivo Corrente		
Liquidez Reduzida	=	Ativo Corrente - Inventários	2,25	2,47
		Passivo Corrente		
Liquidez Imediata	=	Caixa e Depósitos Bancários	1,72	2,15
		Passivo Corrente		

SE a liquidez geral for superior à unidade, então o Ativo Circulante é superior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo. Esta situação, origina uma certa margem de segurança que tem o seu custo.

SE a liquidez geral for igual à unidade, conclui-se que o Ativo Circulante é igual às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio nulo. Esta situação é instável.

SE a liquidez geral for inferior à unidade, então conclui-se que o Ativo Circulante é inferior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio negativo.

## Meios Libertos

Resultado de Exploração	=	Resultado Operacional + Outros Gastos Operacionais - Outros Rendimentos Operacionais	=	2024	2023
Meios Libertos Brutos de Exploração (MLBE)	=	Resultado Exploração + Depreciações e Amortizações + Imparidade Invest. Deprec./Amort.	=	-123.996,53 €	-238.290,78 €
Meios Libertos Brutos de Totais (MLBT)	=	Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	=	33.480,05 €	-78.244,49 €
Meios Libertos Líquidos Totais (MLLT)	=	Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações + imparidade Invest. Deprec./Amort.	=	159.166,57 €	11.755,04 €
				173.548,27 €	-1.769,92 €

Meios Libertos Brutos Exploração (MLBE)  
É o dinheiro que sobra após a empresa pagar os custos de exploração.

Meios Libertos Brutos Totais (MLBT)  
Serve para pagar juros, impostos, dividendos, reembolsar o capital alheio e poderá ainda servir de autofinanciamento.

Meios Libertos Líquidos Retidos (MLLR)  
Este último conceito é geralmente conhecido como autofinanciamento. Permite o aumento das aplicações de fundos sem recurso a capitais alheios e sem causar pressões na tesouraria, sendo por essa razão um meio privilegiado de financiamento.

## Rácios de Estrutura

Autonomia Financeira	=	Capital Próprio	=	2024	2023
		Ativo Total		80,57%	79,08%
Solvabilidade	=	Capital Próprio	=	4,15	3,78
		Capital Alheio			
Rácio de Endividamento	=	Capital Alheio	=	19,43%	20,92%
		Activo Total			

A autonomia financeira mede o grau de solvabilidade da empresa através da comparação entre os capitais próprios e os capitais alheios (passivos). Quanto maior for o grau de autonomia financeira, maior será o grau de solvabilidade, ou seja, maior será a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos financeiros de longo-prazo.

Solvabilidade - Mede a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma sociedade. A gestão deste indicador financeiro é importante por forma a não colocar em causa a continuidade da empresa no médio ou no longo prazo. A solvabilidade pode ser medida pelo seguinte rácio:  
Solvabilidade = Capital próprio / Capital alheio A solvabilidade de uma instituição será tanto maior quanto maior for o valor deste rácio. Um valor muito baixo pode indiciar uma fraca viabilidade da empresa no futuro, pois significa uma elevada fragilidade económico-financeira

um rácio de endividamento de 1 (peso idêntico dos capitais próprios e alheios); um rácio de endividamento de 2 (o passivo representa o dobro dos capitais próprios, na estrutura de capitais).

## Rácios de Rendibilidade

Rendibilidade do Ativo Total (ROA) antes de impostos	=	Resultado Operacional	=	2024	2023
Rendibilidade do Ativo Total (ROA) depois de impostos	=	Resultado Operacional	x (1-t)	0,03%	-2,47%
Rendibilidade do Fundo Patrimonial (RFP) antes de impostos	=	Ativo Total		0,02%	-1,85%
Rendibilidade do Fundo Patrimonial (RFP) depois de impostos	=	Resultado Antes de Impostos		0,36%	-3,36%
Grau de Endividamento (GE)	=	Capital Próprio		0,34%	-3,40%
Rentabilidade Líquida das Vendas	=	Resultado Líquido		24,11%	26,46%
	=	Capitais Alheios		0,59%	-11,97%
	=	Capitais Próprios			
	=	Resultado Líquido			
	=	Vendas			

Esta relação indica o grau de endividamento da empresa. Inclui nos capitais alheios os empréstimos obtidos a médio e longo prazos (capitais alheios estáveis), os empréstimos obtidos a curto prazo e todos os créditos de exploração e extra-exploração (passivo circulante). Os capitais totais correspondem ao activo total, ou seja, integram os capitais próprios e os capitais alheios.

## ANÁLISE DE DESVIOS EXERCÍCIO 2024 / ORÇAMENTO 2024 / EXERCÍCIO 2023

## ASSOCIAÇÃO PRÓ CIDADÃO DEFICIENTE INTEGRADO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS									(valores em euro s)		
Período		Orçamento	Variação	%	Período	Variação	%				
2024		2024	2024		2023	2024 / 2023					
Descrição											
Gastos e perdas											
61	Custo das mercadorias vendidas	355.281,17	383.002,35	-27.721,18	-7,24%	397.049,94	-41.768,77	-10,52%			
62	Fornecimentos e serviços externos	430.898,01	339.010,83	91.887,18	27,10%	383.785,95	47.112,06	12,28%			
63	Gastos com o pessoal	1.957.256,58	2.107.627,95	-150.371,37	-7,13%	1.852.266,92	104.989,66	5,67%			
64	Gastos de depreciação e amortização	157.476,58	158.593,56	-1.116,98	-0,70%	160.046,29	-2.569,71	-1,61%			
65	Perdas por imparidade	5.032,21	0,00	5.032,21		13.901,01	-8.868,80	-63,80%			
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00				
68	Outros gastos e perdas	25.148,22	12.500,00	12.648,22	101,19%	35.782,45	-10.634,23	-29,72%			
69	Gastos e perdas de financiamento	28.457,77	33.470,64	-5.012,87	-14,98%	21.176,90	7.280,87	34,38%			
Totais Classe		2.959.550,54	3.034.205,33	-74.654,79	-2,46%	2.864.009,46	95.541,08	3,34%			
Rendimentos e ganhos											
71	Vendas	15.940,55	12.477,52	3.463,03	27,75%	14.715,54	1.225,01	8,32%			
72	Prestações de serviços	2.712.022,78	1.369.934,55	1.342.088,23	97,97%	2.491.995,08	220.027,70	8,83%			
75	Subsídios, doações e legados à exploração	53.984,69	1.412.562,16	-1.358.577,47	-96,18%	62.048,71	-8.064,02	-13,00%			
76	Reversões	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00				
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00				
78	Outros rendimentos e ganhos	150.834,74	88.120,94	62.713,80	71,17%	125.781,98	25.052,76	19,92%			
79	Juros, dividendos e outros rendimentos	44.143,06	22.750,00	21.393,06	94,04%	9.614,18	34.528,88	359,15%			
Totais Classe		2.976.925,82	2.905.845,17	71.080,65	2,45%	2.704.155,49	272.770,33	10,09%			
		-1.303,59				-1.962,24					
		16.071,69	-128.360,15	144.431,84		-161.816,21	177.887,90				

## ASSOCIAÇÃO PRÓ CIDADÃO DEFICIENTE INTEGRADO

(valores em euros)							
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	Período	Orçamento	Variação	%	Período	Variação	%
Descrição	2024	2024	2024		2023	2024 / 2023	
Gastos e perdas	2.959.550,54 €	3.034.205,33 €	-74.654,79 €	-2,46%	2.864.009,46 €	95.541,08 €	3,34%
Rendimentos e ganhos	2.976.925,82 €	2.905.845,17 €	71.080,65 €	2,45%	2.704.155,49 €	272.770,33 €	10,09%



É nosso entendimento que a APCDI não está exposta a riscos financeiros ou outros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela empresa.

Face ao que antecede, a Direção propõe à Assembleia Representativa o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2024
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
  - 2.1. A importância de 16.071,69 euros para a conta de “Resultados Transitados”
3. A Direção agradece e reconhece o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores internos e externos da APCDI, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

## II. Demonstrações Financeiras

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado  
Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2024

Unidade monetária: (1)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.909.245,36	3.918.325,71
Ativos intangíveis	6	3.786,60	6.705,43
Investimentos financeiros	13.3	30.658,91	31.067,92
		3.943.690,87	3.956.099,06
Ativo corrente			
Inventários	8	37.378,63	31.330,27
Créditos a receber	13.1	405.793,80	229.745,26
Estado e outros entes públicos	13.8	26.922,56	12.000,76
Diferimentos	13.9	28.384,46	18.391,74
Caixa e depósitos bancários	13.2	1.507.699,69	1.764.118,34
		2.006.179,14	2.055.586,37
Total do ativo		5.949.870,01	6.011.685,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais	13.7	16.783,06	16.783,06
Reservas	13.7	247.898,16	247.898,16
Resultados transitados	13.7	2.691.125,91	2.852.942,12
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1.821.996,28	1.797.986,22
Resultado líquido do período		16.071,69	(161.816,21)
Total dos fundos patrimoniais		4.793.875,10	4.753.793,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13.6	280.000,14	437.857,78
		280.000,14	437.857,78
Passivo corrente			
Fornecedores	13.4	65.944,36	69.198,92
Estado e outros entes públicos	13.8	89.948,75	77.580,65
Financiamentos obtidos	13.6	80.000,04	86.723,34
Diferimentos	13.9	60,27	19.350,09
Outros passivos correntes	13.5	640.041,35	567.181,30
		875.994,77	820.034,30
Total do passivo		1.155.994,91	1.257.892,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.949.870,01	6.011.685,43
(1) euro			

## APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas - Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

Unidade monetária: (€)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	9	2.727.963,33	2.495.893,82
Subsídios, doações e legados à exploração	10	53.984,69	72.865,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(355.281,17)	(397.049,94)
Fornecimento e serviços externos	13.10	(430.898,01)	(383.785,95)
Gastos com o pessoal	14	(1.957.256,58)	(1.852.266,92)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13.1	(5.032,21)	(13.901,01)
Outros rendimentos	13.11	150.835,74	125.781,98
Outros gastos	13.12	(25.148,22)	(35.782,45)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>159.167,57</b>	<b>11.755,04</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	(157.477,58)	(160.046,29)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.689,99</b>	<b>(148.291,25)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	9	44.143,06	9.614,18
Juros e gastos similares suportados	13.6	(28.457,77)	(21.176,90)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>17.375,28</b>	<b>(159.853,97)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	12	(1.303,59)	(1.962,24)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>16.071,69</b>	<b>(161.816,21)</b>

(1) euro

## APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa - Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

Unidade monetária: (€)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimento de clientes e utentes		1.376.062,42	1.384.465,78
Pagamentos a fornecedores		(782.429,81)	(743.083,44)
Pagamentos ao pessoal		(1.381.925,25)	(1.275.046,47)
Caixa gerada pelas operações		(788.292,64)	(633.664,13)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.479,77)	-
Outros recebimentos / pagamentos		807.890,53	747.859,69
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>17.118,12</b>	<b>114.195,56</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(125.855,21)	(44.733,98)
Ativos intangíveis		-	(4.428,00)
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		35.913,89	-
Subsídios ao investimento		14.850,00	42.292,00
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(75.091,32)</b>	<b>(6.869,98)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	400.000,00
Outras operações de financiamento		-	28,07
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(168.404,28)	(61.319,85)
Juros e gastos similares		(30.041,17)	(24.345,82)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(198.445,45)</b>	<b>314.362,40</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(256.418,65)</b>	<b>421.687,98</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.2	1.764.118,34	1.342.430,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<b>1.507.699,69</b>	<b>1.764.118,34</b>





APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado  
Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2024

FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE									
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024		16.783,06		247.898,16	2.852.942,12		1.797.986,22	(161.816,21)	4.753.793,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							24.010,06		
Aplicação do resultado líquido					(161.816,21)			161.816,21	
		-	-	-	(161.816,21)	-	24.010,06	161.816,21	24.010,06
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								16.071,69	16.071,69
RESULTADO INTEGRAL								16.071,69	40.081,75
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
		-	-	-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	13.7	16.783,06	-	247.898,16	2.691.125,91	-	1.821.996,28	16.071,69	4.793.875,10

(1) euro



### III. Anexo às Demonstrações Financeiras

#### NOTA 1

##### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADÃO DEFICIENTE INTEGRADO**, com o NIF 501665269, doravante abreviadamente designada por **APCDI**, é uma IPSS de Utilidade Pública, constituída em 25 de setembro de 1984, com sede na Rua da APCD, n.º 317, Sobral, Pessegueiro do Vouga.

##### OBJETO SOCIAL

A APCDI tem como objeto social, promover as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades individuais e à integração familiar e social da pessoa com deficiência. Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, à pessoa com deficiência e à pessoa idosa. Promover o desenvolvimento da criança de modo a prevenir situações de risco, marginalização, discriminação ou exclusão social garantindo a igualdade de oportunidades. Prestar cuidados clínicos, reabilitação e apoio psicossocial da pessoa que se encontra em situação de perda de autonomia potencialmente recuperável. Promover uma melhoria das condições de vida a crianças e jovens em perigo, em regime de acolhimento urgente e temporário. Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, a pessoas adultas em situação de carência. Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento temporário, a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não por filhos menores. Promover uma melhoria das condições de vida a pessoas com desvantagens transitórias ou permanentes, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional e a sua eventual integração em programas de formação. Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e evolução crónica, mas com capacidade de autonomia, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou emprego normal ou protegido.

##### VALÊNCIAS

Para a realização dos seus objetivos sociais, a APCDI apresenta como principais valências:

- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Creche
- Centro de Dia
- Lar de Idosos Dependentes
- Lar Residencial
- Unidade de Cuidados Continuados

#### NOTA 2

##### REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Nota 2.1

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 02 de Junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) sendo supletivamente aplicadas as NCRF, as Normas Interpretativas (NI), as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da APCDI, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

##### ✓ **Continuidade**

- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da APCDI durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

✓ **Regime da Periodização Económica (Acréscimo)**

- A APCDI regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

✓ **Consistência de apresentação**

- Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

✓ **Materialidade e agregação**

- Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico na NCRF-ESNL necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a APCDI não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.  
Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

✓ **Compensação**

- Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

✓ **Comparabilidade**

- Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.
- Foi efetuada a reexpressão da conta subsídio, doações e legados à exploração e a conta de vendas e serviços prestados de acordo com a atualização em 6 de setembro de 2024 pelo Comité de Normalização Contabilística empresarial da CNC.

✓ **Classificação dos ativos e passivos não correntes**

- Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

✓ **Passivos financeiros**

- Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

✓ **Eventos subsequentes**

- Os eventos, após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes ocorridos após a data do Balanço, mas que não se relacionem com condições existentes nessa data, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

✓ **Julgamentos e estimativas**

- Na preparação das DF, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das DF, dos eventos e transações em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas DF incluem a vida útil dos bens, perdas por imparidade, análises prospetivas de acontecimentos supervenientes.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas serem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da APCDI.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção em 27 de março de 2025.

### NOTA 3

#### PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

##### ✓ **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis obtidos a título gratuito estão mensurados pelo justo valor, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (*ou outro*) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	5

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos ou Outros gastos".

##### ✓ **Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Programas de Computador	3
Outros ativos intangíveis	3 a 25

##### ✓ **Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

##### ✓ **Rédito**

Modelo: Justo Valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela APCDI.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;



- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

#### ✓ **Custo de Empréstimos Obtidos**

Os juros dos empréstimos obtidos são, geralmente, registados como gasto do período.

Os juros de empréstimos obtidos diretamente ou atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados, sendo considerados como parte do custo do ativo que se qualifica. Os outros juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Na prática, a entidade capitaliza os juros suportados na aquisição ou construção de ativos, quando o período de construção, o custo de aquisição ou produção e os juros incorridos estimados sejam superiores a 12 meses, 50.000 euros e 10.000 euros, respetivamente.

#### ✓ **Subsídios**

Modelo: (i) Subsídios Monetários pela quantia nominal e (ii) Subsídios Não Monetários pelo Justo Valor do ativo não monetário.

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidas e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

#### ✓ **Impostos**

Modelo: os passivos / ativos por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores são mensurados pela quantia que se espera que seja paga / recuperada de às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais aprovadas à data do balanço, não sendo contabilizados impostos diferidos.

#### ✓ **Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### **Créditos a receber**

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

As Perdas por imparidade são registadas em consequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

##### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo.

##### **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

**Caixa e Depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

✓ **Benefício dos Empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, alimentação em espécie ou subsídio de alimentação, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

✓ **Custo de Empréstimos Obtidos**

Os juros dos empréstimos obtidos são, geralmente, registados como gasto do período.

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Para os restantes empréstimos o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização média sobre o valor dos investimentos efetuados.

Na prática, a entidade capitaliza os juros suportados na aquisição ou construção de ativos, quando o período de construção, o custo de aquisição ou produção e os juros incorridos estimados sejam superiores a 12 meses, 100.000 euros e 10.000 euros, respetivamente.

✓ **Imparidade de Ativos**

À data do balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

✓ **Provisões, Passivos e Ativos Contingentes**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os gastos com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Entidade, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Entidade.

A entidade, a 31 de dezembro de 2024, não possui quaisquer passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

✓ **Acontecimentos após a data de Balanço**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

NOTA 4

**POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

As alterações nas estimativas contabilísticas e os erros do período são materialmente irrelevantes não merecendo, por isso, qualquer informação.

NOTA 5

**ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se mensurados pelo seu Custo de Aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são imputadas pelo método da linha reta, numa base sistemática, durante a vida útil estimada. O prédio urbano sito na Rua Nossa Senhora do Rosário, Nogueira, freguesia de Pessegueiro do Vouga encontra-se hipotecado a favor da CGD como garantia de financiamento concedido por esta instituição financeira.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Ativos Tangíveis - 31 de Dezembro de 2023						
Unidade monetária: (€)						
Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01/JAN/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/DEZ/2023
<b>CUSTO</b>						
Terrenos e recursos naturais	241.132,95					241.132,95
Edifícios e outras construções	5.065.332,78	39.781,18				5.105.113,96
Equipamento básico	668.301,93	9.782,62				678.084,55
Equipamento de transporte	478.496,18					478.496,18
Equipamento administrativo	148.334,43	2.865,89				151.200,32
Outros ativos fixos tangíveis	52.808,83	14.310,16				67.118,99
Ativos fixos tangíveis em curso	-	6.949,50				6.949,50
<b>Total</b>	<b>6.654.407,10</b>	<b>73.689,35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.728.096,45</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1.437.567,66	100.291,91				1.537.859,57
Equipamento básico	628.043,45	12.202,96				640.246,41
Equipamento de transporte	405.689,96	28.944,00				434.633,96
Equipamento administrativo	132.884,98	10.418,49				143.303,47
Outros ativos fixos tangíveis	52.808,83	918,50				53.727,33
<b>Total</b>	<b>2.656.994,88</b>	<b>152.775,86</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.809.770,74</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>3.997.412,22</b>	<b>(79.086,51)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.918.325,71</b>

(1) euro

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Ativos Tangíveis - 31 de Dezembro de 2024						
Unidade monetária: (€)						
Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01/JAN/2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/DEZ/2024
<b>CUSTO</b>						
Terrenos e recursos naturais	241.132,95					241.132,95
Edifícios e outras construções	5.105.113,96			104.410,33		5.209.524,29
Equipamento básico	678.084,55					678.084,55
Equipamento de transporte	478.496,18	3.076,00				481.572,18
Equipamento administrativo	151.200,32	2.449,65				153.649,97
Outros ativos fixos tangíveis	67.118,99	5.207,45				72.326,44
Ativos fixos tangíveis em curso	6.949,50	133.344,58		(104.410,33)		35.883,75
<b>Total</b>	<b>6.728.096,45</b>	<b>144.077,68</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.872.174,13</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1.537.859,57	104.122,31				1.641.981,88
Equipamento básico	640.246,41	10.316,07				650.562,48
Equipamento de transporte	434.633,96	29.073,00				463.706,96
Equipamento administrativo	143.303,47	5.666,74				148.970,21
Outros ativos fixos tangíveis	53.727,33	3.979,91				57.707,24
<b>Total</b>	<b>2.809.770,74</b>	<b>153.158,03</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.962.928,77</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>3.918.325,71</b>	<b>(9.080,35)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.909.245,36</b>

(1) euro

Esta nota deve ser lida em conjunto com a nota dos financiamentos obtidos.

NOTA 6

## ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos Intangíveis encontram-se mensurados pelo seu Custo de Aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são imputadas pelo método da linha reta, numa base sistemática, durante a vida útil estimada.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Ativos Intangíveis - 31 de Dezembro de 2023						
	Saldo em 01/JAN/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/DEZ/2023
<b>CUSTO</b>						
Projetos de desenvolvimento	45.092,90					45.092,90
Programas de computador / Outros	33.427,56					33.427,56
<b>Total</b>	<b>78.520,46</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78.520,46</b>
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>						
Projetos de desenvolvimento	36.646,82	4.715,08				41.361,90
Programas de computador / Outros	27.897,78	2.555,35				30.453,13
<b>Total</b>	<b>64.544,60</b>	<b>7.270,43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.815,03</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>13.975,86</b>	<b>(7.270,43)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.705,43</b>
(1) euro						

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Ativos Intangíveis - 31 de Dezembro de 2024						
	Saldo em 01/JAN/2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/DEZ/2024
<b>CUSTO</b>						
Projetos de desenvolvimento	45.092,90					45.092,90
Programas de computador / Outros	33.427,56	1.400,72				34.828,28
<b>Total</b>	<b>78.520,46</b>	<b>1.400,72</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.921,18</b>
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>						
Projetos de desenvolvimento	41.361,90	2.460,00				43.821,90
Programas de computador / Outros	30.453,13	1.859,55				32.312,68
<b>Total</b>	<b>71.815,03</b>	<b>4.319,55</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>76.134,58</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>6.705,43</b>	<b>(2.918,83)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.786,60</b>
(1) euro						

NOTA 7

## LOCAÇÕES

A APCDI não possui, à data de 31 de dezembro de 2024, quaisquer Locações Financeiras.



## INVENTÁRIOS

O método de custeio utilizado é o Custo Médio Ponderado em sistema de Inventário Permanente.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado				
Inventários				
Movimentos	2024		2023	
	Mercadorias	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais		31.330,27		58.954,69
Compras	14.715,23	367.281,89	13.962,87	372.436,66
Auto Consumo				
Regularização de existências	(6,60)	(20.660,99)	(260,00)	(16.714,01)
Existências finais		37.378,63		31.330,27
Custo do exercício	14.708,63	340.572,54	13.702,87	383.347,07

(1) euro

## NOTA 9

## RÉDITO

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Rédito						
Descrição	2024			2023		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face ao réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face ao réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	15.940,55	0,58%	8,32%	14.715,54	0,59%	11,78%
Prestação de serviços	2.712.022,78	97,83%	9,30%	2.481.178,28	99,03%	90,91%
Quotas de utilizadores (Comparticipações Familiares)	1.337.415,34	48,25%	10,48%	1.210.601,27	48,32%	0,28%
Creches	7.304,30		-11,37%	8.241,63		
Centro de Atividades de Tempos Livres	22.843,88		28,82%	17.733,34		
Centro de Atividades e Capacitação p/ a Inclusão	64.742,18		24,81%	51.873,70		
Lares Residenciais (LR1)	64.114,90		8,01%	59.360,22		
Lares Residenciais (LR2)	124.843,36		13,19%	110.298,55		
Centro de Dia	64.769,88		18,38%	54.713,38		
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	114.060,00		5,30%	108.322,59		
Lar Idosos Dependentes (LID)	73.369,26		1,51%	72.278,88		
Unidade de Cuidados Continuados	801.367,58		10,11%	727.778,98		
Quotas de utilizadores (Acordos de Cooperação)	1.252.227,55	45,17%	8,43%	1.154.891,00	46,09%	
Quotas e Joias	2.990,00	0,11%	-11,80%	3.390,00	0,14%	-18,12%
Serviços Secundários	119.389,89	4,31%	6,32%	112.296,01	4,48%	27,16%
Serviços Take Away	15.177,34		-18,68%	18.663,61		
Serviços Lavandaria	4.571,02		174,66%	1.664,22		
Serviços Cedência de Espaços	324,24		-36,24%	508,55		
Serviços Protocolo Municipal (Refeições Escolas)	70.672,25		15,85%	61.004,25		
Serviços Piscina	26.613,87		-8,85%	29.197,02		
Serviços Outros	2.031,17		61,41%	1.258,36		
Juros	44.143,06	1,59%	359,15%	9.614,18	0,38%	30315,00%
<b>Total</b>	<b>2.772.106,39</b>	<b>100,00%</b>		<b>2.505.508,00</b>	<b>100,00%</b>	

(1) euro

Foi efetuada a reexpressão da conta subsídio, doações e legados à exploração e a conta de vendas e serviços prestados de acordo com a atualização em 6 de setembro de 2024 pelo Comité de Normalização Contabilística empresarial da CNC.



## SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Subsídios e Apoios do Estado e de Outras Entidades		
Unidade monetária (€)		
Descrição	2024	2023
<b>Subsídios do Governo</b>		
ISS - Centro Regional de Segurança Social	11.006,20	10.816,80
Creche (Complemento Horário > 11 horas)	11.006,20	10.816,80
<b>Outros</b>	32.717,24	40.381,20
Município - Protocolo Associativismo	12.500,00	12.000,00
Município - Protocolo SAAS	14.967,24	23.131,20
Município - Protocolo Viagem ao Algarve	2.000,00	2.000,00
Junta Freguesia Pessegueiro da Vouga (Apoio Anual)	3.250,00	3.250,00
	43.723,44	51.198,00
<b>Apoios do Governo</b>		
IEFP	8.856,31	19.667,51
	8.856,31	19.667,51
<b>Outras Entidades</b>		
Setor Privado	1.404,94	2.000,00
	1.404,94	2.000,00
<b>Total</b>	<b>53.984,69</b>	<b>72.865,51</b>
(1) euro		

NOTA 11

## ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 12

## IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto Sobre o Rendimento do período foi calculado tendo por base os Resultados Operacionais Positivos apurados nas Atividades Secundárias "Take Away" e "Piscina Sobral" e o total de Proveitos das Atividades Secundárias "Cedência de Espaços", "Cantina Social" e "Outros Rendimentos Secundários".

A taxa de cálculo (21%) é a definida no Art.º 87, n.º 5 do CIRC.

Estimativa IRC				6.207,59
900201 - Cozinha (Protocolo CMSV)	RL Valência	-31.956,10		
900202 - Lavandaria	RL Valência	-3.828,68		
900203 - Take Away	RL Valência	370,72	5,97%	
900220 - Piscina Sobral	RL Valência	2.281,44	36,75%	
Cedência de Espaços - Piscinas e Outros	Rendimentos	324,24	5,22%	
Cantina Social	Rendimentos	1.598,93	25,76%	
Outros Rendimentos Secundários / Suplementares	Rendimentos	1.632,24	26,29%	
<b>Total Atividades Secundárias</b>	=	<b>-29.577,21</b>		
<b>Taxa (Art.º 87, n.º 5 CIRC)</b>	21%			
<b>IRC Estimado Exercício 2023</b>	=	<b>1.303,59</b>		

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS****ATIVO**

- ✓ Créditos a Receber
- ✓ Caixa e Depósitos Bancários
- ✓ Outros Ativos Financeiros

**PASSIVO**

- ✓ Fornecedores
- ✓ Outras Contas a Pagar
- ✓ Financiamentos Obtidos

**FUNDOS PATRIMONIAIS**

- ✓ Fundos

**ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS****FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS****OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS****OUTROS GASTOS E PERDAS****DIFERIMENTOS**

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Créditos a Receber		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2024	2023
<b>Cientes e Utentes C/C</b>		
Clientes - Gestão Comercial	30.009,89	28.393,56
Clientes - Unidades de Saúde	206.947,63	104.782,79
Utentes	78.297,23	63.846,87
<b>Total</b>	<b>315.254,75</b>	<b>197.023,22</b>
<b>Perdas por Imparidade</b>		
Utentes	27.315,83	22.283,62
Clientes Unidades de Saúde	2.188,99	2.188,99
Utentes IPSS	1.038,84	1.038,84
Utentes Unidades de Saúde	24.088,00	19.055,79
<b>Total</b>	<b>27.315,83</b>	<b>22.283,62</b>
<b>Total de Clientes e Utentes</b>	<b>287.938,92</b>	<b>174.739,60</b>
<b>Outros Créditos a Receber</b>		
Adiantamentos ao Pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	8.531,31	9.641,84
Outros Devedores	109.323,57	45.363,82
Perdas por Imparidade		
<b>Total de Outros Créditos a Receber</b>	<b>117.854,88</b>	<b>55.005,66</b>
<b>Total Créditos a Receber</b>	<b>405.793,80</b>	<b>229.745,26</b>
(1) euro		

Importa referir que o valor da rubrica Outros Devedores inclui o valor de 107.514,70€ referente a: Protocolos Município de Sever do Vouga (47.032,54€); IEFP (15.088,76€); Fundación Bancária La Caixa BPI Capacitar (8.598,00€); PRR ISS (34.650,00€); Outros (2.145,40€). Estes valores dizem respeito a Protocolos / Apoios contabilisticamente registados cujo pagamento ainda não foi executado pelas respetivas entidades. A rubrica Perdas por Imparidade, face a 2023, teve um incremento / reforço de 5.032,21€.

## NOTA 13.2

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Caixa e Depósitos Bancários		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2024	2023
Caixa	6.694,87	3.333,06
Depósitos à Ordem	201.004,82	460.785,28
Depósitos a Prazo	1.300.000,00	1.300.000,00
<b>Total</b>	<b>1.507.699,69</b>	<b>1.764.118,34</b>
(1) euro		

## NOTA 13.3

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Investimentos Financeiros		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2024	2023
<b>Investimentos Financeiros</b>		
Fundos FCT	20.482,48	20.891,49
Fundos FRSS	1.424,43	1.424,43
Ouro	8.752,00	8.752,00
<b>Total</b>	<b>30.658,91</b>	<b>31.067,92</b>
(1) euro		

O valor da rubrica Investimentos Financeiros contempla um valor de 20.482,48€ referente ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este fundo é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão e é financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

## NOTA 13.4

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Fornecedores		
Unidade monetária (1)		
Descrição	2024	2023
Fornecedores C/C	65.944,36	69.198,92
<b>Total</b>	<b>65.944,36</b>	<b>69.198,92</b>
(1) euro		

## NOTA 13.5

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado				
Outros Passivos Correntes				
Unidade monetária (1)				
Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		26.432,96		23.203,95
Credores por Acréscimo de Gastos		288.003,97		276.676,33
Remunerações a Pagar		104.336,73		94.122,43
Outros Credores		221.267,69		173.178,59
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>640.041,35</b>	<b>-</b>	<b>567.181,30</b>
(1) euro				

Os credores por acréscimo de gastos dizem respeito, essencialmente, à estimativa de férias e subsídio de férias. Importa referir que a rubrica Outros Credores inclui o valor de 220.369,01€ referente aos saldos credores dos Utentes dos Lares Residenciais. Estes saldos têm origem na diferença existente entre o valor faturado (comparticipação familiar) e o valor recebido pelo Utente. Este último valor é, em regra, superior ao valor faturado. Ao longo do internamento de cada um dos Utentes, este saldo vai acumulando e é refletido na contabilidade como Outros Credores.

## NOTA 13.6

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado				
Financiamentos Obtidos				
Unidade monetária (1)				
Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	280.000,14	80.000,04	437.857,78	86.723,34
<b>Total</b>	<b>280.000,14</b>	<b>80.000,04</b>	<b>437.857,78</b>	<b>86.723,34</b>
(1) euro				

Nesta rubrica está considerado o empréstimo bancário no BPI, linha de apoio ao setor social, contratado pelo montante de 400.000,00€. A componente de não corrente dos empréstimos terão as seguintes datas de reembolso: 2025 (135.005,37€); 2026 (96.185,64€). Este empréstimo bancário encontra-se indexado à Euribor a 12 meses, acrescido de um spread. Durante o ano de 2024 a taxa de juro média foi de 5,4%. A APCDI, atendendo à evolução do mercado interbancário e a política do BCE, entende que esta taxa de juro média irá diminuir num futuro próximo. Em 2024, os juros suportados foram 28.457,77€ e, em 2023, no montante de 21.176,90€.

**APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado**  
**Fundos Patrimoniais**

Unidade monetária: (1)

Descrição	Saldo 01 JAN 2024	Aumentos	Diminuições	Saldo 31 DEZ 2024
Fundos	16.783,06			16.783,06
Reservas	247.898,16			247.898,16
Resultados transitados	2.852.942,12		161.816,21	2.691.125,91
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	1.797.986,22	84.500,00	60.489,94	1.821.996,28
Resultado líquido do período	(161.816,21)	16.071,69	(161.816,21)	16.071,69
<b>Total</b>	<b>4.753.793,35</b>	<b>100.571,69</b>	<b>60.489,94</b>	<b>4.793.875,10</b>

(1) euro

**APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado**  
**Subsídios ao Investimento**

Unidade monetária: (1)

Subsídio / Rúbrica	Saldo em 31 DEZ 2023	Aumentos	Devoluções	Reposições	Saldo em 31 DEZ 2024
PIDDAC - CAO	135.222,33			5.985,60	129.236,73
PIDDAC - UAI	310.334,86			11.272,80	299.062,06
PIDDAC - Creche	36.392,72			1.265,76	35.126,96
Obras CAO - Edifício e Outras Construções	84.518,47			3.741,00	80.777,47
Obras UAI	100.685,49			3.674,64	97.010,85
ARS - UCC - Edifício UCC e UR2	457.635,42			10.939,56	446.695,86
ARS - UCC - Equipamentos	-			-	-
FEDER - Creche	54.589,48			1.898,52	52.690,96
Câmara Municipal - UAI	207.491,61			6.999,96	200.491,65
Câmara Municipal - Ramal Saneamento	11.457,60			343,20	11.114,40
Câmara Municipal - Edifício UCC e UR2	292.833,27			6.999,96	285.833,31
CENTRO 2020 - Projeto Qualidade ERPI	33.191,30			1.814,76	31.376,54
BPI Capacitar 2022	32.048,61			5.416,68	26.631,93
BPI Capacitar 2023	41.585,06			-	41.585,06
PRR - Requalificação / Alargamento Creche	-	49.500,00		137,50	49.362,50
Câmara Municipal - Nova Cozinha, Salão e Sala Fisioterapia	-	35.000,00		-	35.000,00
<b>Total</b>	<b>1.797.986,22</b>	<b>84.500,00</b>	<b>-</b>	<b>60.489,94</b>	<b>1.821.996,28</b>

(1) euro

NOTA 13.8

**APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado**  
**Estado e Outros Entes Públicos**

Unidade monetária: (1)

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	24.027,40	9.105,60
Outros Impostos e Taxas	2.895,16	2.895,16
	<b>26.922,56</b>	<b>12.000,76</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	1.303,59	1.962,24
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12.043,08	3.968,48
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	9.562,32	10.563,64
Segurança Social	67.039,76	61.086,29
	<b>89.948,75</b>	<b>77.580,65</b>

(1) euro



APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Diferimentos		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2024	2023
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	18.134,88	17.057,09
Rendas e Aluguers	672,44	305,96
Combustíveis	4.131,96	1.028,69
Licenças de Software e Aplicações	4.073,86	-
Outras despesas com gastos diferidos	1.371,32	-
<b>Total</b>	<b>28.384,46</b>	<b>18.391,74</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
IEFP - Medidas de Apoio ao Emprego		8.183,85
CMSV - Protocolo SAAS		9.637,99
BPI Capacitar		1.404,94
Outros rendimentos a reconhecer	60,27	123,31
<b>Total</b>	<b>60,27</b>	<b>19.350,09</b>

(1) euro

NOTA 13.10

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Fornecimentos e Serviços Externos		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2024	2023
Subcontratos		
Serviços Especializados	45.795,08	56.737,81
Honorários	77.508,12	71.618,80
Conservação e Reparação	73.967,83	60.330,24
Materiais	22.685,68	26.278,31
Energia e Fluidos	136.606,94	113.072,86
Deslocações, Estadas e Transportes	8.320,50	7.886,35
Serviços Diversos	66.013,86	47.861,58
<b>Total</b>	<b>430.898,01</b>	<b>383.785,95</b>

(1) euro

A rubrica Honorários engloba, maioritariamente, os serviços prestados, na Unidade de Cuidados Continuados, por profissionais do ramo da saúde, nomeadamente, Médicos, Enfermeiros, Farmacêuticos, Nutricionistas e Outros Técnicos.

Na rubrica Conservação e Reparação, estão evidenciados os gastos com conservação e reparação de Viaturas (15.420,68€) e com conservação e reparação de Equipamentos e Instalações (58.547,15€) que representam, respetivamente 20,85% e 79,15% dos gastos de FSE – Conservação e Reparação ocorridos no período.

Na rubrica Energia e Fluidos, os gastos com Eletricidade (45.362,37€) e com Combustíveis (77.603,12€) representam, respetivamente, 33,21% e 56,81% dos gastos de FSE – Energia e Fluidos ocorridos no período.

Na rubrica Serviços Diversos, os gastos com Comunicações (19.155,23€), com Seguros (16.603,92€) e com Outros Serviços (22.396,65€), representam, respetivamente, 29,02%, 25,15% e 33,93% dos gastos de Outros FSE ocorridos no período. Na rubrica Outros Serviços estão contabilizados os gastos com Outros Serviços com Utentes (16.989,89€) e Despesas Bancárias (5.406,76€).

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Outros Rendimentos		
Unidade monetária (1)		
Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	1.200,00	500,00
Ganhos em Inventários	2.364,04	1.081,00
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros	1.011,17	1.058,40
Outros Rendimentos		
Correções relativas a períodos anteriores	1.158,64	697,52
Imputação de subsídios para investimentos	60.489,94	55.050,95
Donativos	68.118,77	62.389,39
Outros	16.493,18	5.004,72
<b>Total</b>	<b>150.835,74</b>	<b>125.781,98</b>
(1) euro		

NOTA 13.12

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Outros Gastos		
Unidade monetária (1)		
Descrição	2024	2023
Perdas em Inventários	19.126,74	13.592,63
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros	186,58	
Outros Gastos		
Correções relativas a períodos anteriores	1.153,04	14.320,87
Outros	4.681,86	7.868,95
<b>Total</b>	<b>25.148,22</b>	<b>35.782,45</b>
(1) euro		

NOTA 14

## BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Benefícios dos Empregados						
Unidade monetária (1)						
Descrição	2024			2023		
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior
Remuneração aos Órgãos Sociais						
Remunerações ao Pessoal	1.589.751,22	81,22%	5,44%	1.507.747,38	81,40%	8,61%
Benefícios Pós-Emprego						
Indemnizações						
Encargos sobre as Remunerações	320.547,38	16,38%	5,62%	303.494,12	16,39%	7,30%
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	15.079,22	0,77%	4,28%	14.460,80	0,78%	8,57%
Gastos de Ação Social	22.539,34	1,15%	147,60%	9.103,12	0,49%	
Outros Gastos com o Pessoal	9.339,42	0,48%	-46,51%	17.461,50	0,94%	300,30%
<b>Total</b>	<b>1.957.256,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,67%</b>	<b>1.852.266,92</b>	<b>100,00%</b>	<b>9,68%</b>
(1) euro						

A APCDI atribui aos seus empregados os seguintes Benefícios de Curto Prazo: (i) salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga; (ii) benefícios não monetários tais como MHST e formação; (iii) ação social, nomeadamente Seguro de Saúde. Em 2023 a Instituição contou com a colaboração de 7 (sete) Voluntários e em 2024 com a colaboração de 7 (sete) Voluntários.

O número médio de funcionários no exercício de 2023 foi de 119, sendo 9 do gênero Masculino (7,56%) e 110 do gênero Feminino (92,44%). Comparativamente, o número médio de funcionários no exercício de 2024 foi de 118, sendo 9 do gênero Masculino (7,63%) e 109 do gênero Feminino (92,37%).

A Instituição, durante o exercício de 2024, procedeu à admissão de 10 funcionários e à demissão de 10 funcionários.

NOTA 15

### DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A APCDI não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de novembro. Nos termos no Art.º 210 do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da APCDI perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

NOTA 16

### OUTRAS INFORMAÇÕES

A Direção da Instituição está totalmente empenhada em prosseguir com a aplicação das medidas de controlo de custos e de aumento da rentabilidade, de forma a reforçar a “Missão” e a “Visão” que sempre orientaram esta Instituição:

- ✓ Missão: Promover a qualidade de vida dos Utentes
- ✓ Visão: Uma Instituição que não para de crescer

Pessegueiro do Vouga, 27 de março de 2025

Contabilista Certificado

Luís Miguel Rodrigues Gomes

  
(CC 7894)

Direção

Joaquim Martins Henriques | Presidente



Fernando Martins Pereira | Tesoureiro



**IV. Parecer do Conselho Fiscal**  






# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados

## Relatório

1. Nos termos dos estatutos e do mandato que nos conferiram submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre as Demonstrações Financeiras, anexo e restantes documentos de prestação de contas – Balancetes, Balanço e Demonstração de Resultados - apresentados pela Direção da Associação Pró Cidadão Deficiente e Integrado, relativamente ao período decorrido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2024;
2. No decurso do exercício em questão acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a atividade da Associação tendo recebido, por parte da Direção e Serviços da Associação, todo o apoio, esclarecimentos e documentos solicitados;
3. No âmbito das nossas funções verificamos que:
  - 3.1 As Demonstrações Financeiras e restantes documentos de prestação de contas foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor;
  - 3.2 As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados às circunstâncias, estão de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), em todos os aspetos materialmente relevantes, e estão explicitados no documento anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa;
  - 3.3 Procedemos à análise das Demonstrações Financeiras e anexo, tendo concluído que os documentos são suficientemente esclarecedores, evidenciando os aspetos mais significativos;
  - 3.4 Que é apresentado um Resultado Líquido do Exercício, positivo, de **€ 16.071,69** (*dezasseis mil, setenta e um euros e sessenta e nove cêntimos*);
  - 3.5 A proposta de aplicação dos resultados encontra-se devidamente fundamentada e de acordo com as diretrizes internas.

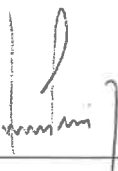


## Parecer


4. Em face do exposto, somos do parecer que a Assembleia Geral:
  - 4.1. Aprove as Demonstrações Financeiras e anexo e os restantes documentos de prestação de contas – Balancetes, Balanço, Demonstração de Resultados e Relatório e Contas;
  - 4.2. Aprove a proposta de aplicação dos resultados (aplicação em Resultados Transitados) apresentada pela Direção no seu documento “Relatório e Contas 2024 – *Relatório de Gestão*”;
  - 4.3. Aprove um voto de louvor aos membros da Direção e a todos os colaboradores pelo seu trabalho e dedicação em prol da Associação;

Pessegueiro do Vouga, 27 de março de 2025

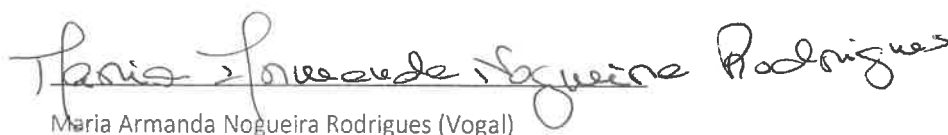
O Conselho Fiscal



José Manuel dos Santos Pereira (Presidente)





Albertina Maria Pereira Silva (Vogal)



Maria Armanda Nogueira Rodrigues (Vogal)



**V. Certificação Legal de Contas**  






## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APCDI – Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024, (que evidencia um total de 5.949.870,01 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.793.875,10 euros, incluindo um resultado líquido de 16.071,69 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **APCDI – Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado** em 31 dezembro 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;







- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Aveiro, 28 de março de 2025

*Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.,  
representada por*



*Ricardo Santos Neto, ROC n.º 2049, registado na CMVM com o n.º 20220016*

